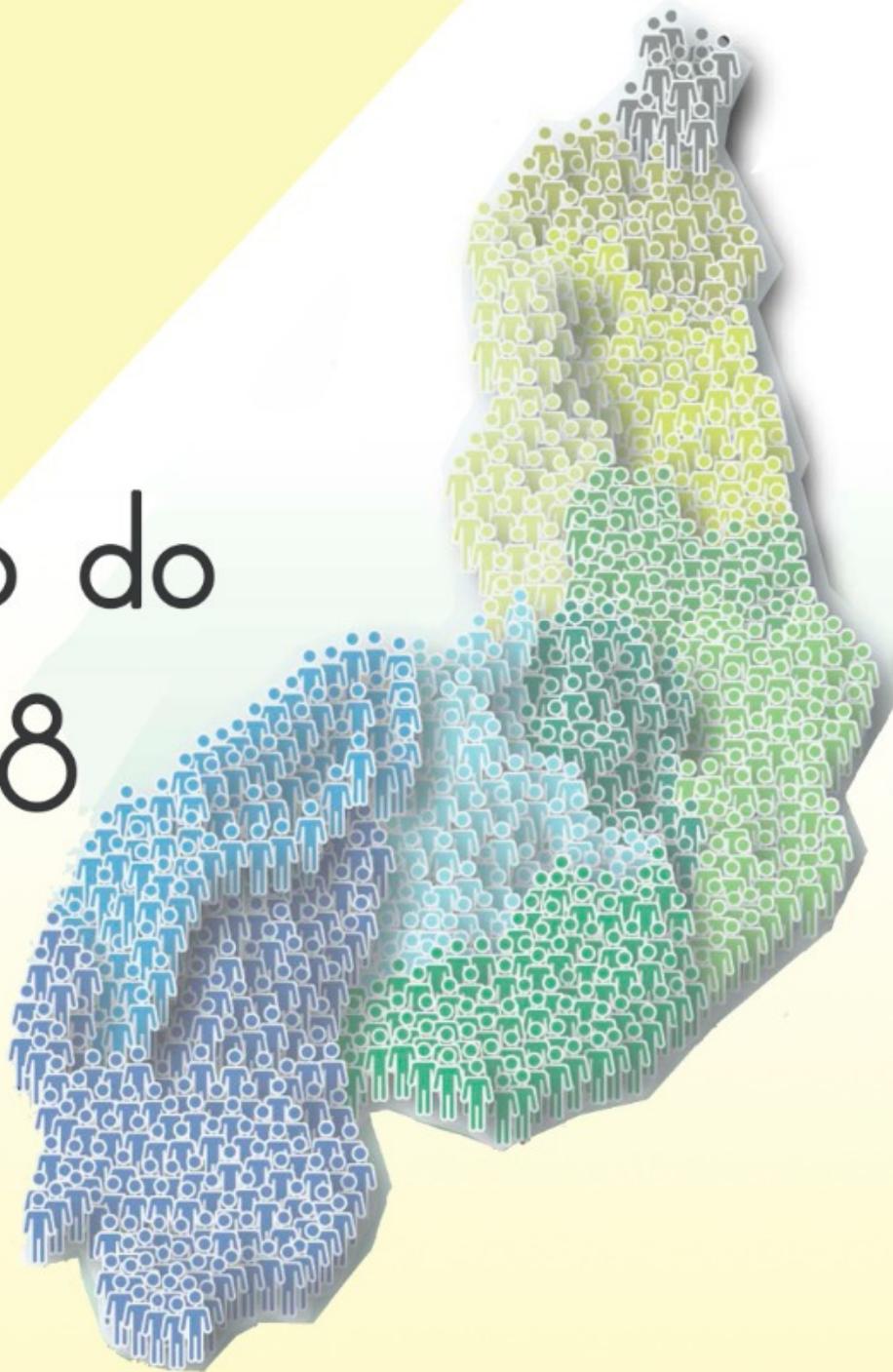


PIB

do Estado do
Piauí 2018



PIAUI
PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB
2018

Teresina – 2020

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADORA
Maria Regina Sousa

SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO
Rejane Tavares da Silva

SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (CEPRO)
Liége de Sousa Moura

DIRETORA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS
Fernanda Almeida Moita

COORDENADORA DE CONTAS REGIONAIS
Fernanda Almeida Moita

ELABORAÇÃO
Amanda Alves Dias
Evaristo Alves dos Reis Júnior
Fernanda Almeida Moita
Manfredi Mendes de Cerqueira Júnior
Marcos Antonio Pinheiro Marques

SETOR DE PUBLICAÇÕES
Alcides Luís Gomes da Silva
Luciana Maura Sales de Sousa
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Cristiana de Moraes Nunes Melo

CORRESPONDÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA CEPRO/SEPLAN
BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS
Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490 – Teresina-PI
Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal: 21/22
E-mail: assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br – Sítio: www.cepro.pi.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 INTRODUÇÃO.....	6
2 O DESEMPENHO AGREGADO DA ECONOMIA DO PIAUÍ EM 2018.....	7
3 AVALIAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DO PIAUÍ, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	14
3.1 AGROPECUÁRIA	14
3.2 INDÚSTRIA.....	16
3.3 SERVIÇOS	17
GLOSSÁRIO	20
ANEXOS	21

APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (CEPRO), vinculada à Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), por meio da sua Diretoria de Estudos Econômicos e Sociais, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto – PIB do Piauí, para o ano de 2018 pela ótica da produção. Quando aferido por essa ótica, como é o caso desta análise, o PIB é representado pelos setores econômicos Agropecuária, Indústria e Serviços e quando sob a ótica da demanda, por investimentos, consumo das famílias, gastos governamentais e balança comercial.

Neste documento são divulgados resultados consolidados do PIB e PIB per capita do Piauí, Brasil e demais Unidades da Federação. São apresentadas, também, tabelas detalhadas por atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – com desagregações que representam um total de 18 atividades econômicas, em variação real e a composição setorial do PIB piauiense.

Por meio desta publicação, a SEPLAN através da Superintendência CEPRO dá continuidade à sua missão institucional, neste caso, direcionada à produção e divulgação de dados estatísticos e de indicadores socioeconômicos com a finalidade de subsidiar e orientar as ações do planejamento público e privado estadual, bem como a elaboração de estudos e pesquisas sobre a realidade do Estado.

Finalmente, ressalta-se a importância da cooperação disponibilizada pelo IBGE através de metodologia padronizada para todos os Estados para a consolidação e consistência dos resultados finais. Os dados são coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil, construído de acordo com as recomendações das Nações Unidas, expressas no manual *System of National Accounts 2008 – SNA 2008*.

Rejane Tavares da Silva
Secretária do Planejamento

1 INTRODUÇÃO

O Produto Interno Bruto – PIB anual das Unidades da Federação é calculado pelo Sistema de Contas Regionais do Brasil, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com institutos estaduais de estatísticas, no caso do Piauí, a Superintendência CEPRO.

A divulgação do PIB anual ocorre com defasagem de dois anos. Tal período é necessário para a contabilização das bases de dados mais completas e abrangentes (bases estruturais), oriundas das diversas pesquisas anuais realizadas pelo IBGE, e possibilita a revisão de estimativas publicadas previamente.

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (CEPRO) divulga neste relatório os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí para 2018, na nova série do Sistema de Contas Regionais (referência 2010).

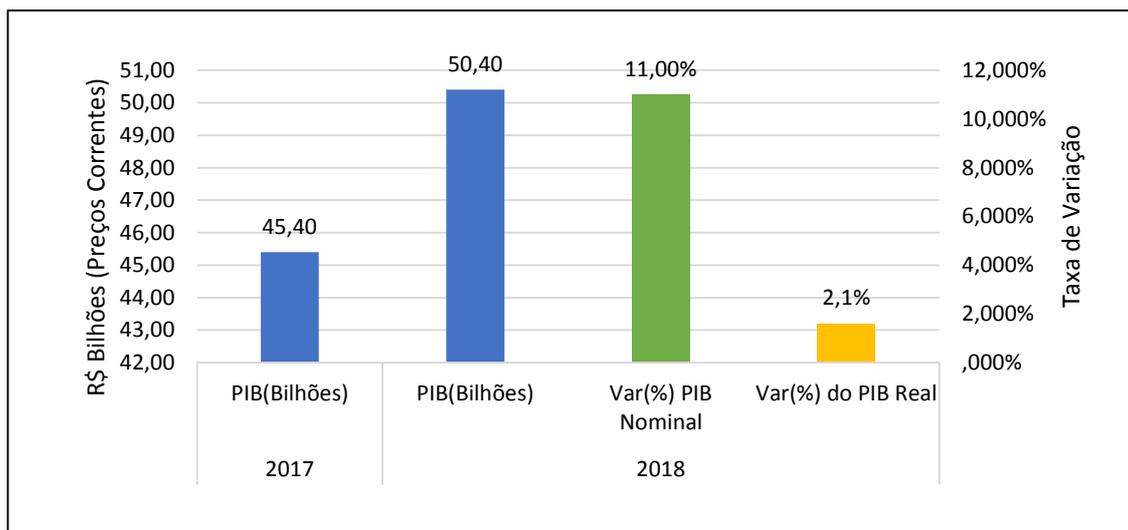
A nova série do Sistema de Contas Regionais do Brasil adota 2010 como ano de referência e incorpora as recomendações da mais recente revisão do Manual de Contas Nacionais – o *System of National Accounts* (SNA/2008) – organizado pela ONU, pelo FMI, pela OCDE e pelo Banco Mundial. Além de atualizações metodológicas, a nova série apresenta uma classificação integrada tanto à CNAE 2.0 quanto, entre outras fontes estruturais, aos dados do Censo Agropecuário de 2006 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009.

No sistema de apuração dos resultados, adota-se um procedimento de ajuste do resultado das Contas Regionais com as Contas Nacionais, que constituem a referência balizadora e o guia para a divulgação dos resultados consolidados. São aspectos importantes, o detalhamento da conta de produção (valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado bruto), segundo os 18 setores de atividade econômica, a saber: agricultura; pecuária; produção florestal e pesca; indústria extrativa mineral; indústria de transformação; eletricidade, gás, água, esgoto e saneamento; construção civil; comércio (inclusive manutenção e reparação de veículos automotores); transporte, armazenagem e correios; serviços de alojamento e alimentação; serviços de informação e comunicação; atividades financeiras; atividades imobiliárias; atividades profissionais, técnico-científicas e administrativas; administração pública, educação, saúde e P&D pública, defesa e seguridade social; educação e saúde mercantis; artes, cultura, esporte e recreação e, por último, serviços domésticos.

2 O DESEMPENHO AGREGADO DA ECONOMIA DO PIAUÍ EM 2018

Ao longo do ano de 2018, a economia do Piauí gerou R\$ 50,4 bilhões de PIB a preços correntes, significando um incremento nominal de 11 % em relação a 2017 (R\$ 45,4 bilhões), conforme se observa no **Gráfico 1**.

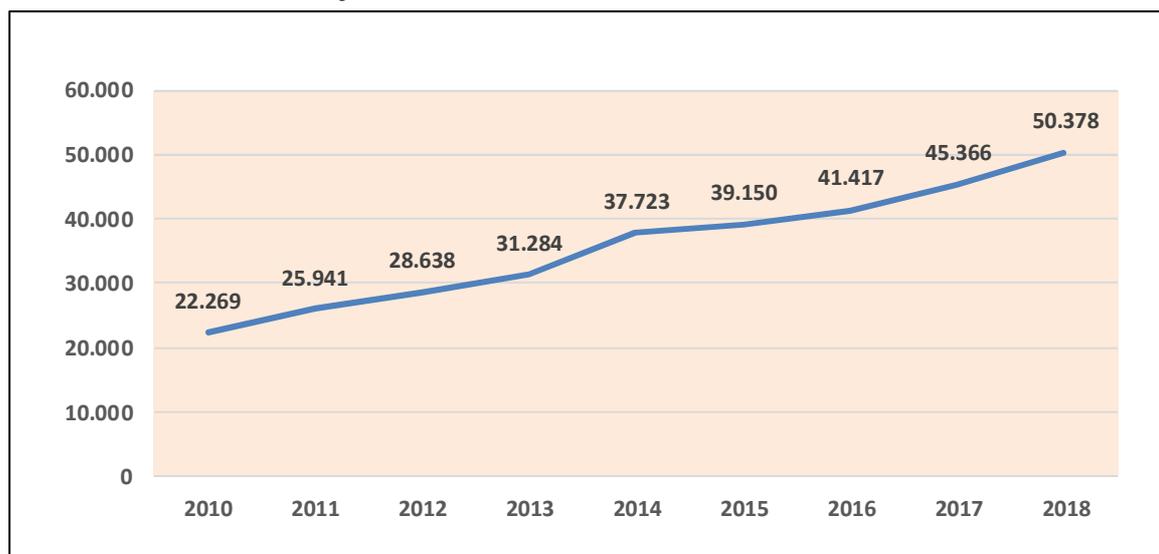
Gráfico 1 – Produto Interno Bruto e taxas de variação (%) do valor nominal e do valor real (índice de volume) – Piauí – 2017-2018



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO a partir de dados do IBGE (2020).

Comparativamente, o Brasil cresceu de R\$ 6,585 trilhões em 2017 para R\$ 7,004 trilhões em 2018, um incremento nominal de 6,4% no mesmo período. No Nordeste, o crescimento nominal do PIB foi de R\$ 953 bilhões a R\$ 1,004 trilhão entre os anos de 2017 e 2018, o que representou um acréscimo de 5,3.

Tomando a série histórica, ou seja, 2010 e 2018, o PIB nominal do Piauí cresceu mais que o do Brasil em oito anos. Passou de R\$ 22,2 bilhões em 2010 para R\$ 50,3 bilhões em 2018, portanto, um crescimento acumulado de 126,2%. Já o Brasil passou de R\$ 3,88 trilhões, em 2010, para R\$ 7,004 trilhões em 2018, com uma variação positiva de 80,2%. Comparando-se o Piauí com o Nordeste, igualmente verifica-se que o PIB nominal do Piauí cresceu mais que o do Nordeste em oito anos, dado que o PIB do Nordeste passou de R\$ 522 bilhões, em 2010, para R\$ 1,004 trilhão em 2018, um crescimento, acumulado de 92,2%. O Gráfico 2 apresenta a trajetória do PIB nominal do Piauí ao longo do período 2010-2018.

Gráfico 2 – Piauí – Evolução do PIB (R\$ milhões) – 2010-2018

Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO a partir de dados do IBGE (2020).

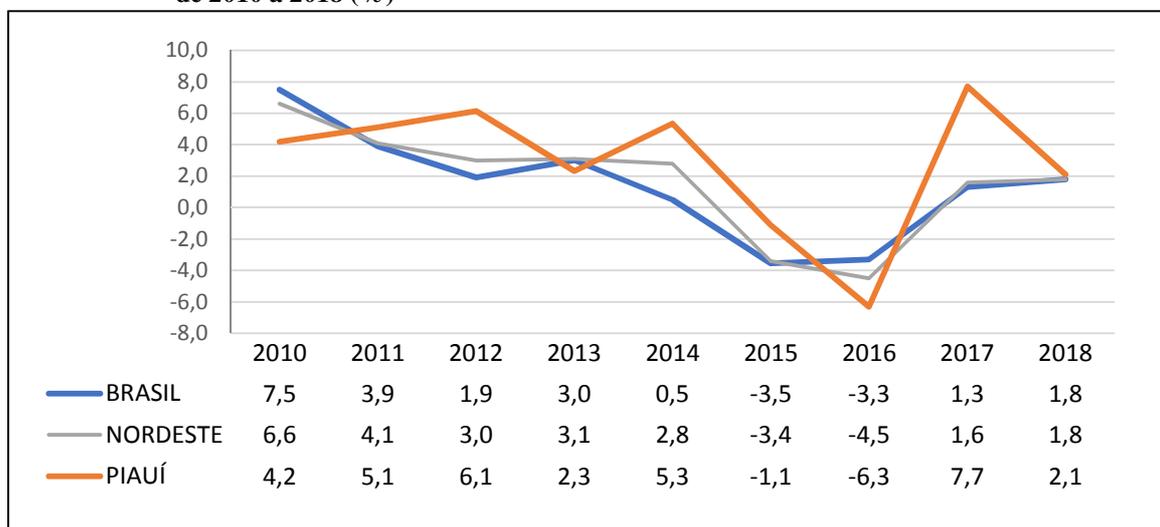
Para a análise do PIB em termos reais utiliza-se o Índice de Volume, indicador que mede o produto real criado pela atividade econômica, sem interferência inflacionária. O volume de produção é calculado em unidades monetárias, que traduzem não apenas o volume físico, mas o seu valor real (excluída a movimentação inflacionária). Esse valor pode crescer por razões não inflacionárias de um ano a outro, ainda que a quantidade produzida seja a mesma, bastando para isto que sejam incorporados ao produto ganhos tecnológicos que o valorizem no mercado, por exemplo.

Analisando-se o PIB do Piauí em termos de volume, portanto, em termos reais, verifica-se o crescimento de 2,1% em 2018 relativamente a 2017, mantendo-se superior ao PIB do Brasil, que cresceu 1,8% e ao da região Nordeste que teve um aumento de 1,8%. Assim, o PIB piauiense em 2018 é o 12º maior com relação às demais Unidades da Federação e o 3º maior do Nordeste, ficando atrás apenas do Maranhão (2,9%) e Bahia (2,3%). Em síntese, o PIB do Piauí apresentou desempenho melhor tanto em termos nominais quanto em termos reais do que o PIB do Brasil e do Nordeste.

Convém observar que quando se comparam as taxas de crescimento ano a ano do PIB real do Piauí e do Brasil (Gráfico 3), em um período maior, a exemplo da série histórica de 2010 a 2018, observa-se que a curva do Piauí está predominantemente acima da curva do Brasil mesmo em termos reais, excetuando-se os anos de 2013 (resultado influenciado pelos reflexos econômicos de forte estiagem no Estado, cujos prejuízos só se fizeram recuperar em 2017); de 2016 (quando a recessão nacional atingiu fortemente a economia do Estado devido à desaceleração na construção civil) e de 2018, em que ambas as taxas se aproximam.

Ou seja, o PIB real do Piauí vem crescendo predominantemente acima da média nacional ao longo dos anos da série.

Gráfico 3 – Taxa de crescimento REAL (por índice de volume) do PIB do Brasil, Nordeste e Piauí de 2010 a 2018 (%)



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO a partir de dados do IBGE (2020).

A participação do PIB Total do Piauí no PIB Total nacional em 2018 permaneceu em 0,7%, conforme estabelecido também nos anos de 2016 e 2017, apesar do crescimento real de 2,1% alcançado pelo PIB estadual.

Quanto ao PIB per capita, seu cálculo resulta do quociente entre o valor do PIB e a sua população residente. Para a população, utilizou-se a estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União (TCU) em outubro de 2018, tendo 1º de julho como data de referência. As projeções para a população do Piauí foram usadas para estimar o PIB per capita do Piauí e sua evolução, em termos reais, no período 2010-2018.

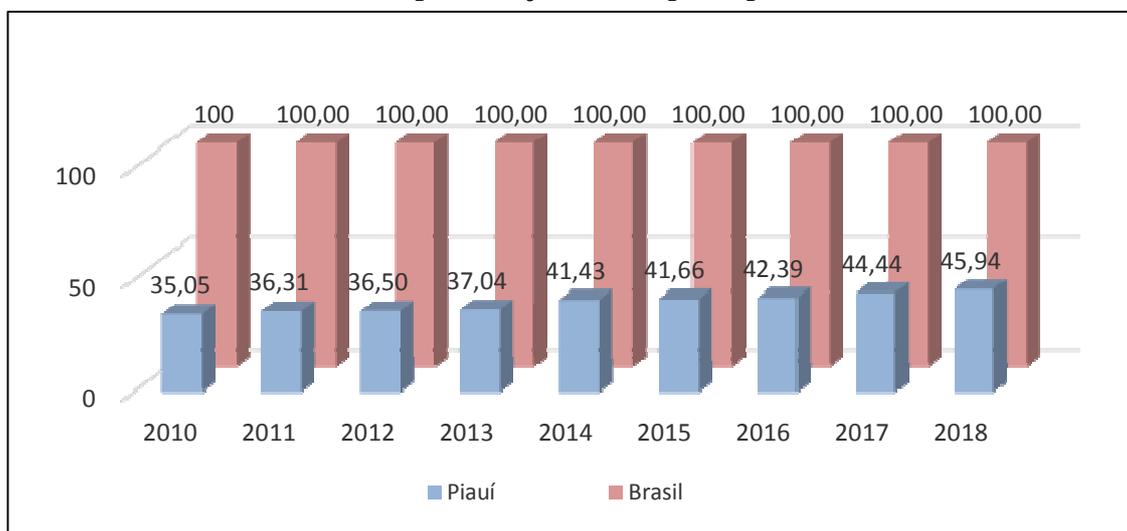
A análise do PIB per capita do Piauí evidencia um resultado bastante positivo para o Estado, uma vez que mostrou um crescimento nominal superior ao do Brasil e ao do Nordeste em 2018. Ressalte-se que essa mesma tendência se observa também ao longo do período 2010-2018.

Em 2018, o PIB per capita estadual atingiu R\$ 15.432,05, ante R\$ 14.091,93 em 2017, havendo, portanto, uma expansão de R\$ 1.340,12 e uma **variação nominal de 9,5%**.

Já o PIB per capita nacional foi de R\$ 33.593,82 o que representou uma **variação nominal de 5,9%** em relação a 2017. Sobre o PIB per capita do Nordeste no ano de 2018, a região apresentou o valor de R\$ 17.702,85 e uma **variação nominal de 6,3%** em relação ao ano anterior.

O Gráfico 4 retrata que, entre 2010 e 2018, o Estado do Piauí mostrou uma tendência crescente na representação no PIB per capita do Brasil, o que evidencia uma melhora relativa na participação do Estado na economia nacional.

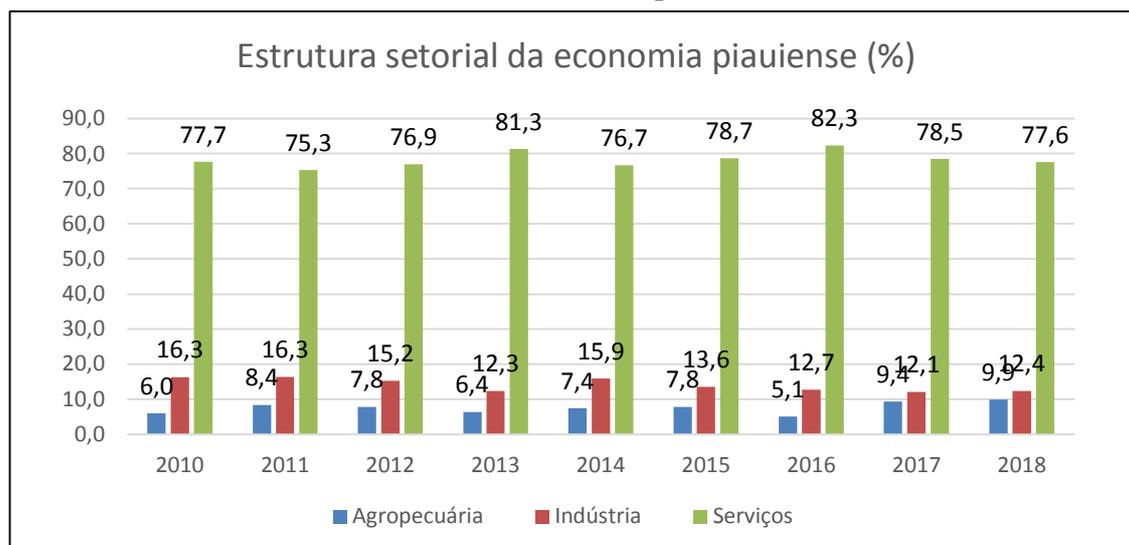
Gráfico 4 – Estado do Piauí: Representação no PIB per capita do Brasil – 2010-2018 (%)



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO a partir de dados do IBGE (2020).

Em termos de composição setorial do PIB, a estrutura da economia piauiense é marcada pela forte presença dos Serviços, respondendo, historicamente, por mais de 70% do PIB estadual, conforme se observa na série histórica 2010-2018, apresentada no Gráfico 5, tendo como vetor mais expressivo da economia a Administração Pública como parte integrante desse setor.

A partir de 2016, contudo, a economia tem dado sinais de mudança com a perda de participação do setor Serviços em favor da Agropecuária, em função do desempenho do agronegócio no Estado. Destaca-se, também, que a atividade industrial tem apresentado crescimento desde o ano de 2017.

Gráfico 5 - Piauí – Estrutura setorial da economia piauiense (%) 2018

Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO a partir de dados do IBGE (2020).

O Gráfico 6 e a Tabela 1 mostram as principais atividades econômicas em desenvolvimento no Piauí em 2018 e sua participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado. Percebe-se a predominância de atividades relacionadas ao setor de Serviços, dentre as quais se destacam Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (33,3%); Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (14,2%) e Atividades imobiliárias (8,4%).

Gráfico 6 – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto (VAB) do Piauí – 2018



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO a partir de dados do IBGE (2020).

Tabela 1 – Participação das atividades econômicas no VAB do Piauí e variação 2017 e 2018

Atividades econômicas	2017	2018	Diferença p.p (%)
Total das Atividades	100,0	100,0	0
Agropecuária	9,4	9,9	0,5
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	7,1	7,9	0,8
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,6	1,4	-0,2
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,7	0,6	-0,1
Indústria	12,1	12,4	0,3
Indústrias extrativas	0,1	0,2	0,1
Indústrias de transformação	3,3	3,1	-0,2
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,6	3,6	0,9
Construção	6,2	5,5	-0,7
Serviços	78,5	77,6	-0,9
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,7	14,2	-0,5
Transporte, armazenagem e correios	2,5	2,6	0,1
Alojamento e alimentação	3,1	3,0	0
Informação e comunicação	1,6	1,4	-0,2
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,5	3,4	-0,1
Atividades imobiliárias	8,1	8,4	0,3
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	6,0	5,7	-0,3
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	33,1	33,3	0,2
Educação e saúde privadas	3,2	3,2	0
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,3	1,3	0
Serviços domésticos	1,3	1,1	-0,2

Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO a partir de dados do IBGE (2020).

Em 2017, o setor de *Comércio e Serviços* respondia por 78,5% do Valor Agregado Bruto da economia estadual, em que apenas três categorias de atividades (*Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e Atividades imobiliárias*) produziam mais da metade desse valor. Em 2018 a participação do *Comércio e Serviços* reduz para 77,6%, mas sua distribuição permanece igual, com a preponderância das mesmas atividades.

Nota-se que em 2018 as atividades econômicas que apresentaram aumentos mais relevantes de participação no VAB foram *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* (relacionados à expansão dos parques eólicos no Estado) e *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, (devido ao aumento do cultivo, produção e rendimento médio da soja.).

3 AVALIAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DO PIAUÍ, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

O Valor Adicionado Bruto (VAB) mensura o quanto uma atividade produtiva acrescenta na economia de um País, Estado ou Município em determinado período de tempo. Em outras palavras, é o resultado do valor total produzido menos o valor dos insumos utilizados no processo produtivo, não sendo considerada a margem de comércio e os impostos sobre produtos, líquidos de subsídios.

No ano de 2018 o Estado do Piauí apresentou o Valor Adicionado Bruto de R\$44.693 bilhões, crescimento de 10,3% com relação ao ano anterior, cujo VA foi de R\$40.514 bilhões. Seguindo esse conceito, apresenta-se a seguir o desempenho dos três setores da economia no Estado em 2018.

3.1 AGROPECUÁRIA

A atividade agropecuária é composta pela agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita; pela pecuária, inclusive apoio à pecuária; pela produção florestal, pesca e aquicultura.

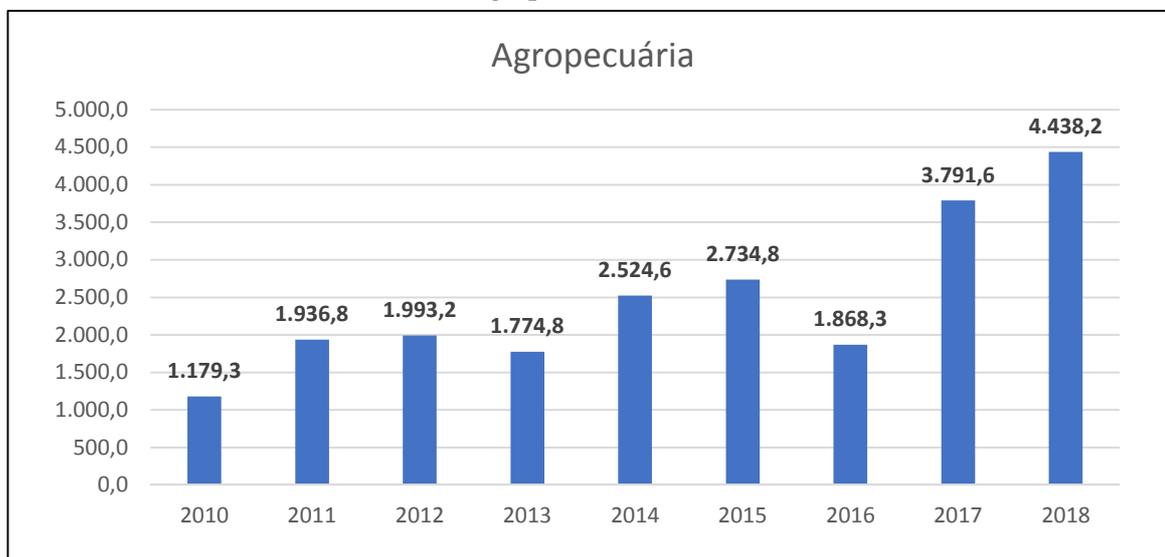
No Brasil, no ano de 2018, essa atividade somou um valor adicionado bruto de R\$ 309,611 bilhões, sendo o valor de R\$ 59,505 bilhões relativo à região Nordeste, o que equivale a 19,2%.

Com relação à conjuntura econômica nacional da atividade agropecuária vale destacar que em 2018 houve aumento da produção nacional de soja, café, algodão herbáceo, trigo e outros cereais. Entretanto, constata-se uma redução da produção de milho, devido principalmente à diminuição de chuvas na época do plantio.

Vários fatores podem ter influenciado para que o volume do setor agropecuário não tenha alcançado um crescimento mais significativo em 2018. Dentre eles, destaca-se o aumento de preços de componentes da agricultura como: adubo, fertilizantes, inseticidas, defensivos, diesel, energia elétrica. Ademais, também houve o aumento de custos da produção da pecuária, provavelmente influenciado pela greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio do respectivo ano, bem como o aumento da produção na silvicultura atrelado ao aumento de fabricação de produtos de papel e celulose.

A atividade agropecuária no Estado do Piauí, conforme se observa no Gráfico 7, somou em 2018, R\$ 4,438 bilhões de VAB, com acréscimo de R\$ 646 milhões em relação a 2017.

Gráfico 7 – Valor Adicionado Bruto da Agropecuária – Piauí – 2010-2018



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO a partir de dados do IBGE (2020).

Em termos reais (volume), a atividade cresceu 19,9%. Tal expansão foi influenciada pela melhoria do desempenho na estrutura produtiva de Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita no Estado, justificada, sobretudo, pela expansão da cultura de soja praticada no cerrado piauiense; esta atividade cresceu 25,3%. As demais atividades agropecuárias também tiveram variação em volume positiva: 2,3%, em Pecuária, inclusive apoio à pecuária; e 6,7%, em Produção florestal, pesca e aquicultura.

Nas lavouras temporárias, destacam-se principalmente as variações positivas da quantidade colhida da soja com expansão da quantidade produzida, rendimento médio e elevação do preço. Na lavoura permanente, constata-se o crescimento do cultivo da banana e castanha de caju. Dentro da pecuária, destaca-se o crescimento em volume de suínos e aves. Na produção da Extração vegetal e Silvicultura ocorreu aumento da extração da cera de carnaúba, carvão vegetal, lenha de eucalipto e madeira em tora.

A participação das atividades econômicas do setor da Agropecuária (total) ficou assim distribuída em 2018: cultivo de cereais (0,97%), cultivo do algodão (0,22%), cultivo de cana de açúcar (0,09%), cultivo da soja (4,76%), lavoura temporária (1,12%), cultivo de laranja (0,01%), outros cultivos de lavoura permanente (0,72%), criação de bovinos (1,31%),

criação de aves (0,12%), silvicultura e extração vegetal (0,34%) e pesca e aquicultura (0,26%).

3.2 INDÚSTRIA

A atividade industrial é composta pela indústria extrativa mineral; transformação; geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e construção.

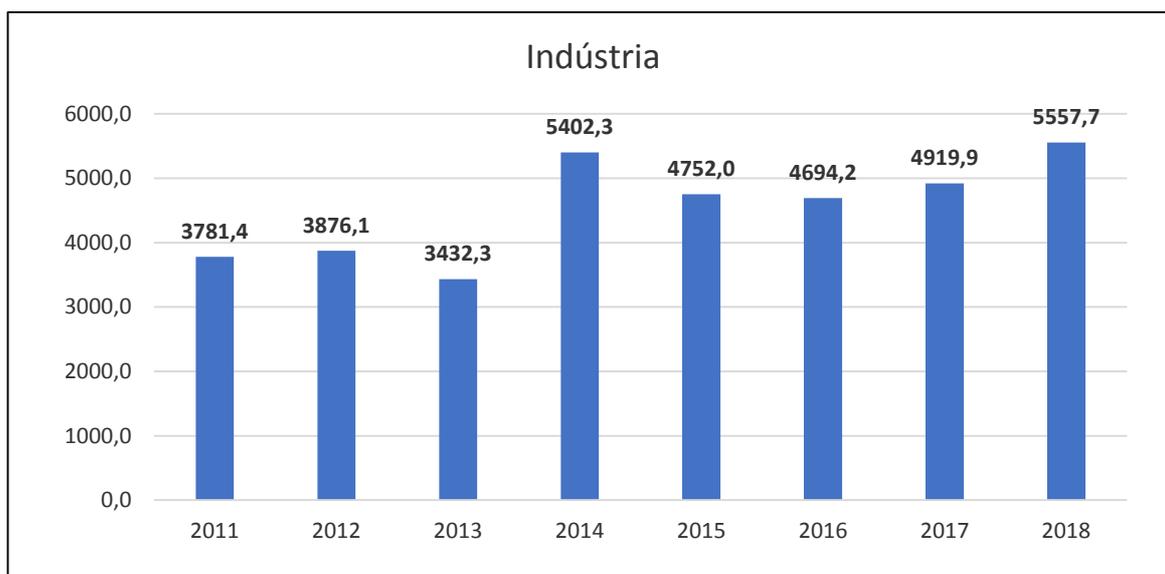
A indústria brasileira, devido à dinâmica econômica nacional, sofreu a influência de alguns fatores que afetaram seu comportamento ao longo do ano de 2018.

Na Indústria extrativa, houve o aumento dos preços de petróleo e minério de ferro; na Indústria de transformação, verificou-se queda de produção nas indústrias: alimentícia, no refino de petróleo, coque e produtos químicos. Houve aumento na fabricação de celulose, de caminhões e ônibus, bem como na produção de máquinas e equipamentos para a metalurgia.

Na atividade de Eletricidade e gás ocorreu redução da geração térmica e aumento da geração hidrelétrica e eólica. Na atividade de Construção, observou-se a queda de produção ao longo do ano.

No Estado do Piauí, conforme se observa no Gráfico 8, a atividade industrial, em 2018, somou R\$ 5,557 bilhões de VAB em valores nominais, com acréscimo de R\$ 637,8 milhões, ou seja, crescimento de 12% em relação a 2017. Em termos reais o recuo em volume foi de -2,8%.

Gráfico 8 – Valor Adicionado Bruto da Indústria – Piauí – 2010-2018



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO a partir de dados do IBGE (2020).

Verifica-se ainda pelo Gráfico 8 que, ao longo da série, 2010-2018, a Indústria Piauiense apresentou boa recuperação, superando o patamar de 2014 que havia sido o maior da série.

Na estrutura estadual, a indústria representou 12,4% em 2018, com um crescimento de 0,3% em comparação ao ano de 2017 (12,1%). Esse aumento é resultado, principalmente, do incremento de participação da atividade de eletricidade (3,6%), da indústria de transformação (3,1%) e da indústria extrativa (0,2%).

Em termos de posições dentro do Setor Indústria a maior perda aconteceu na atividade de Construção. Já a indústria de geração e distribuição de eletricidade foi a única atividade que ganhou participação (1,0%), passando de 2,6% para 3,6% do VAB. O resultado do aumento dessa atividade foi em decorrência do aumento na produção de importantes usinas de energia eólica e fotovoltaica no Piauí.

Por outro lado, a atividade de construção revela um comportamento negativo na participação pelo quinto ano consecutivo. Em 2018, apresentou recuo de 0,7%. Essa ocorrência está associada à crise econômica que vem atingindo o país desde o ano de 2014, gerando crédito caro para as empresas e famílias; retração da renda das famílias; queda do consumo e do investimento público e privado.

3.3 SERVIÇOS

A atividade de serviços é composta por: comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; transporte, armazenamento e correios; alojamento e alimentação; informação e comunicação; atividade financeiras, de seguros relacionados; atividades imobiliárias; atividades profissionais, científicas e técnicas administrativas e serviços complementares; administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social; educação e saúde privada; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos.

Os fatores a seguir, no âmbito nacional, influenciaram a atividade dos serviços no ano de 2018:

- O aumento em volume no comércio atrelado ao aumento de consumo das famílias; aumento da participação da produção das famílias em algumas atividades dos serviços vinculado ao aumento da informalidade;
- A redução de preço das atividades financeiras devido à redução da tarifa de juros; expansão dos serviços de tecnologia de informação e comunicação; e

- O aumento da produção da administração pública, pois foi ano eleitoral.

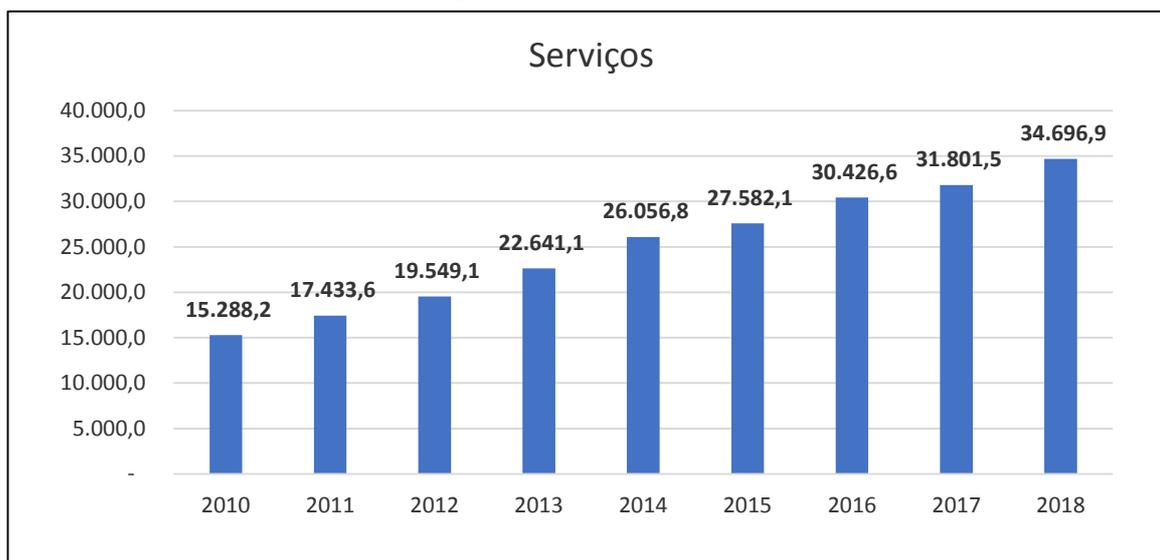
O VAB a preços correntes do setor de Serviços no Piauí atingiu o montante de R\$ 34.696,9 bilhões em 2018, um incremento de R\$ 2,895 bilhões, ou seja, 9% em relação ao ano anterior, conforme se verifica no Gráfico 9. Ressalte-se que, em 2010, o VAB da atividade era de R\$ 15,288 bilhões, ou seja, em oito anos aumentou R\$ 19,408 bilhões ou 127%.

Em termos reais (pelo índice de volume), o setor de Serviços apresentou aumento de 0,7% em 2018.

Na estrutura econômica piauiense, a participação do Setor Serviços passou de 78,5% (2017) para 77,6% (2018), diminuindo 0,9%.

Em termos de valor de VAB, as atividades mais relevantes no setor de Serviços foram as seguintes, respectivamente: administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social; comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; atividades imobiliárias; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; intermediação financeira, de seguros e previdência complementar e serviços relacionados.

Gráfico 9 – Valor Adicionado de Serviços Piauí – 2010-2018



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO a partir de dados do IBGE (2020).

Em termos reais (índice de volume), em 2018, os seguintes setores apresentaram taxas negativas em relação a 2017: comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços

complementares, informação e comunicação, serviço doméstico e atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.

As atividades de transporte, armazenamento e correios, atividades imobiliárias e administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social foram as atividades que apresentaram desempenhos positivos, e as demais apresentaram taxas estáveis.

O Comércio, a segunda atividade em importância do setor Serviços, apresentou uma queda no volume em 2018. Nesse sentido, o fraco desempenho das vendas do comércio piauiense é explicado pela deterioração no mercado de trabalho, nos últimos anos, que tem levado à desaceleração da massa salarial, importante elemento de sustentabilidade das vendas do comércio.

Na atividade imobiliária, observou-se o crescimento real de 0,3% (volume) em 2018, puxado pela expansão imobiliária notória no Estado, tanto na capital Teresina como em cidades médias do Estado. A participação do transporte no VAB estadual passou de 8,1%, em 2017, para 8,4% em 2018.

GLOSSÁRIO

Atividade econômica

Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

Consumo intermediário

Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

Impostos sobre produtos

Impostos a pagar sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma postos à disposição pelos seus proprietários.

Produto Interno Bruto (PIB)

Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescidos dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é igual à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, igual à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) do lado da produção – o produto interno bruto é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção; b) do lado da demanda – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços; c) do lado da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto.

Valor Adicionado Bruto (VAB)

Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

ANEXOS

Tabelas de resultados

Tabela 1 – Produto Interno Bruto a preço corrente, por Grandes Regiões e Unidades da Federação

Contas Regionais do Brasil – Ano-Base 2010									
Produto Interno Bruto a preço corrente, por grandes regiões e unidades da federação (R\$1.000.000)									
Regiões / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
BRASIL	3.885.847	4.376.382	4.814.760	5.331.619	5.778.953	5.995.787	6.269.328	6.585.479	7.004.141
NORTE	207.094	241.028	259.101	292.442	308.077	320.688	337.302	367.956	387.535
Rondônia	23.908	27.575	30.113	31.121	34.031	36.563	39.460	43.516	44.914
Acre	8.342	8.949	10.138	11.474	13.459	13.623	13.754	14.273	15.331
Amazonas	60.877	70.734	72.243	83.051	86.669	86.568	89.040	93.240	100.109
Roraima	6.639	7.304	7.711	9.011	9.744	10.243	11.013	12.105	13.370
Pará	82.685	98.711	107.081	121.225	124.585	130.900	138.108	155.232	161.350
Amapá	8.238	9.409	11.131	12.763	13.400	13.861	14.342	15.482	16.795
Tocantins	16.405	18.346	20.684	23.797	26.189	28.930	31.585	34.108	35.666
NORDESTE	522.769	583.413	653.067	724.524	805.099	848.579	898.362	953.429	1.004.827
Maranhão	46.310	52.144	60.490	67.695	76.842	78.476	85.310	89.543	98.179
Piauí	22.269	25.941	28.638	31.284	37.723	39.150	41.417	45.366	50.378
Ceará	79.336	89.696	96.974	109.037	126.054	130.630	138.423	147.922	155.904
Rio Grande do Norte	36.185	40.993	46.412	51.518	54.023	57.251	59.677	64.306	66.970
Paraíba	33.522	37.109	42.488	46.377	52.936	56.142	59.105	62.397	64.374
Pernambuco	97.190	110.162	127.989	141.150	155.143	156.964	167.345	181.610	186.352
Alagoas	27.133	31.657	34.650	37.283	40.975	46.367	49.469	52.851	54.413
Sergipe	26.405	29.108	32.853	35.336	37.472	38.557	38.877	40.711	42.018
Bahia	154.420	166.603	182.573	204.844	223.930	245.044	258.739	268.724	286.240
SUDESTE	2.180.988	2.455.542	2.693.052	2.948.744	3.174.691	3.238.738	3.333.233	3.482.143	3.721.317
Minas Gerais	351.123	400.125	442.283	488.005	516.634	519.331	544.810	576.376	614.876
Espírito Santo	85.310	105.976	116.851	117.274	128.784	120.366	109.264	113.400	137.020
Rio de Janeiro	449.858	512.768	574.885	628.226	671.077	659.139	640.401	671.606	758.859
São Paulo	1.294.696	1.436.673	1.559.033	1.715.238	1.858.196	1.939.902	2.038.757	2.120.762	2.210.562
SUL	620.180	696.247	765.002	880.286	948.454	1.008.035	1.067.358	1.122.038	1.195.550
Paraná	225.205	257.122	285.620	333.481	348.084	376.963	401.814	421.498	440.029
Santa Catarina	153.726	174.068	191.795	214.512	242.553	249.080	256.755	277.270	298.227
Rio Grande do Sul	241.249	265.056	287.587	332.293	357.816	381.993	408.790	423.270	457.294
CENTRO-OESTE	354.816	400.153	444.538	485.623	542.632	579.746	633.072	659.913	694.911
Mato Grosso do Sul	47.271	55.133	62.013	69.203	78.950	83.083	91.892	96.396	106.969
Mato Grosso	56.601	69.154	79.666	89.213	101.235	107.418	123.880	126.846	137.443
Goiás	106.770	121.297	138.758	151.300	165.015	173.632	181.760	191.948	195.682
Distrito Federal	144.174	154.569	164.101	175.907	197.432	215.613	235.540	244.722	254.817

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto per capita, por Grandes Regiões e Unidades da Federação**Contas Regionais do Brasil – Ano-Base 2010****Produto Interno Bruto do Brasil per capita a preço de mercado corrente, por grandes regiões e unidades da federação (R\$1,00)**

Regiões / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
BRASIL	20.371,64	22.748,72	24.825,15	26.521,15	28.500,24	29.326,33	30.411,30	31.712,65	33.593,82
NORTE	13.040,47	14.975,16	15.878,07	17.219,22	17.879,20	18.358,69	19.043,21	20.514,74	21.313,93
Rondônia	15.320,65	17.491,60	18.938,69	18.007,85	19.462,61	20.677,95	22.072,99	24.098,15	25.554,31
Acre	11.384,33	11.990,36	13.360,72	14.777,18	17.034,15	16.953,46	16.837,69	17.204,21	17.636,88
Amazonas	17.488,72	19.990,58	20.117,80	21.810,12	22.373,36	21.978,95	22.245,02	22.945,14	24.532,90
Roraima	14.713,55	15.871,96	16.424,01	18.461,88	19.608,40	20.476,71	21.413,52	23.160,88	23.188,92
Pará	10.874,91	12.838,60	13.741,42	15.210,80	15.430,53	16.009,98	16.689,55	18.553,76	18.952,21
Amapá	12.319,32	13.749,97	15.933,06	17.365,38	17.845,34	18.079,54	18.329,19	19.407,65	20.247,53
Tocantins	11.857,88	13.095,72	14.590,19	16.098,79	17.495,94	19.094,16	20.598,73	22.002,49	22.933,07
NORDESTE	98.49,05	10.904,53	12.114,67	12.985,53	14.329,13	15.002,33	15.779,11	16.652,57	17.702,85
Maranhão	70.48,99	7.846,13	9.009,13	9.963,47	11.216,37	11.366,23	12.264,28	12.791,40	13.955,75
Piauí	71.39,80	8.260,72	9.060,41	9.824,74	11.808,08	12.218,51	12.890,25	14.091,93	15.432,05
Ceará	93.91,07	10.515,15	11.268,15	12.420,76	14.255,05	14.669,14	15.437,75	16.398,45	17.178,26
Rio Grande do Norte	11.421,40	12.815,67	14.377,13	15.269,44	15.849,33	16.631,86	17.168,60	18.336,45	19.249,60
Paraíba	8.899,38	9.787,93	11.136,68	11.847,81	13.422,42	14.133,32	14.774,41	15.500,16	16.107,51
Pernambuco	11.049,27	12.426,70	14.330,83	15.328,17	16.722,05	16.795,34	17.777,25	19.170,74	19.623,65
Alagoas	8.693,92	10.071,10	10.946,36	11.294,54	12.335,44	13.877,53	14.723,70	15.655,76	16.375,56
Sergipe	12.768,13	13.928,61	15.563,83	16.093,55	16.882,71	17.189,28	17.153,91	17.792,58	18.442,63
Bahia	11.013,11	11.817,87	12.879,59	13.616,22	14.803,95	16.115,89	16.931,10	17.512,79	19.324,04
SUDESTE	27.142,34	30.324,46	33.016,85	34.910,60	37.298,57	37.771,26	38.584,63	40.047,78	42.426,57
Minas Gerais	17.918,75	20.281,35	22.275,27	23.697,20	24.917,12	24.884,94	25.937,96	27.291,11	29.223,22
Espírito Santo	24.286,44	29.877,24	32.657,46	30.545,24	33.148,56	30.627,45	27.487,41	28.234,53	34.490,12
Rio de Janeiro	28.127,41	31.823,88	35.418,15	38.378,59	40.767,26	39.826,95	38.481,96	40.170,31	44.222,66
São Paulo	31.384,93	34.546,05	37.207,35	39.282,97	42.197,87	43.694,68	45.542,32	47.028,89	48.542,24
SUL	22.646,87	25.260,72	27.585,88	30.569,99	32.687,15	34.485,51	36.242,40	37.849,22	40.181,12
Paraná	21.572,21	24.459,07	27.001,97	30.323,46	31.410,74	33.768,62	35.726,38	37.231,86	38.772,74
Santa Catarina	24.597,41	27.555,30	30.046,38	32.334,04	36.055,90	36.525,28	37.140,47	39.603,47	42.149,30
Rio Grande do Sul	2.2556,07	24.695,40	26.701,11	29.764,55	31.927,16	33.960,36	36.206,54	37.381,79	40.362,75
CENTRO-OESTE	25.253,18	28.092,35	30.819,44	32.389,57	35.653,48	37.542,83	40.411,86	41.566,94	43.200,04
Mato Grosso do Sul	19.299,34	22.253,17	24.754,90	26.747,59	30.137,58	31.337,22	34.247,79	35.529,38	38.925,85
Mato Grosso	18.655,61	22.482,25	25.572,10	28.035,75	31.396,81	32.894,96	37.462,74	37.926,22	39.931,13
Goias	17.783,03	19.947,77	22.543,93	23.515,55	25.296,60	26.265,32	27.135,06	28.316,09	28.272,96
Distrito Federal	56.252,90	59.221,87	61.959,36	63.054,41	69.216,80	73.971,05	79.099,77	80.515,47	85.661,39

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2018

Grandes Regiões e Unidades da Federação / UF	Produto Interno Bruto		População residente (hab.)	Produto Interno Bruto per capita (R\$)
	Preços correntes (R\$ 1.000.000)	Variação real anual (%)		
BRASIL	7.004.141	1,25	208.494.900	33.593,82
NORTE	387.535	3,67	18.182.253	21.313,93
Rondônia	44.914	5,28	1.757.589	25.554,31
Acre	15.331	0,09	869.265	17.636,88
Amazonas	100.109	4,85	4.080.611	24.532,90
Roraima	13.370	2,64	576.568	23.188,92
Pará	161.350	3,23	8.513.497	18.952,21
Amapá	16.795	1,63	829.494	20.247,53
Tocantins	35.666	3,35	1.555.229	22.933,07
NORDESTE	1.004.827	1,62	56.760.780	17.702,85
Maranhão	98.179	5,43	7.035.055	13.955,75
Piauí	50.378	7,76	3.264.531	15.432,05
Ceará	155.904	1,50	9.075.649	17.178,26
Rio Grande do Norte	66.970	0,52	3.479.010	19.249,60
Paraíba	64.374	0,05	3.996.496	16.107,51
Pernambuco	186.352	1,72	9.496.294	19.623,65
Alagoas	54.413	3,57	3.322.820	16.375,56
Sergipe	42.018	-1,01	2.278.308	18.442,63
Bahia	286.240	-0,02	14.812.617	19.324,04
SUDESTE	3.721.317	-0,02	87.711.946	42.426,57
Minas Gerais	614.876	1,54	21.040.662	29.223,22
Espírito Santo	137.020	0,38	3.972.388	34.493,12
Rio de Janeiro	758.859	-1,83	17.159.960	44.222,66
São Paulo	2.210.562	0,09	45.538.936	48.542,24
SUL	1.95.550	2,29	29.754.036	40.181,12
Paraná	440.029	1,95	11.348.937	38.772,74
Santa Catarina	298.227	3,62	7.075.494	42.149,30
Rio Grande do Sul	457.294	1,81	11.329.605	40.362,75
CENTRO-OESTE	694.911	4,17	16.085.885	43.200,04
Mato Grosso do Sul	106.969	5,16	2.748.023	38.925,85
Mato Grosso	137.443	12,46	3.441.998	39.931,13
Goiás	195.682	2,77	6.921.161	28.272,96
Distrito Federal	254.817	0,39	2.974.703	85.661,39

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Tabela 4 – Participação no Produto Interno Bruto a preço de mercado, por Grandes Regiões e Unidades da Federação (%)

Contas Regionais do Brasil									
Regiões / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0	100
NORTE	5,3	5,5	5,4	5,5	5,3	5,3	5,4	5,6	5,5
Rondônia	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,6	1,6	1,5	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4
Roraima	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	2,1	2,3	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2	2,4	2,3
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
NORDESTE	13,5	13,3	13,6	13,6	13,9	14,2	14,3	14,5	14,3
Maranhão	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Ceará	2,0	2,0	2,0	2,0	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0
Paraíba	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Pernambuco	2,5	2,5	2,7	2,6	2,7	2,6	2,7	2,8	2,7
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,0	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	4,1	4,1	4,1
SUDESTE	56,1	56,1	55,9	55,3	54,9	54,0	53,2	52,9	53,1
Minas Gerais	9,0	9,1	9,2	9,2	8,9	8,7	8,7	8,8	8,8
Espírito Santo	2,2	2,4	2,4	2,2	2,2	2,0	1,7	1,7	2,0
Rio de Janeiro	11,6	11,7	11,9	11,8	11,6	11,0	10,2	10,2	10,8
São Paulo	33,3	32,8	32,4	32,2	32,2	32,4	32,5	32,2	31,6
SUL	16,0	15,9	15,9	16,5	16,4	16,8	17,0	17,0	17,1
Paraná	5,6	5,9	5,9	6,3	6,0	6,3	6,4	6,4	6,3
Santa Catarina	4,0	4,0	4,0	4,0	4,2	4,2	4,1	4,2	4,3
Rio Grande do Sul	6,2	6,1	6,0	6,2	6,2	6,4	6,5	6,4	6,5
CENTRO-OESTE	9,1	9,1	9,2	9,1	9,4	9,7	10,1	10,0	9,9
Mato Grosso do Sul	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5	1,5
Mato Grosso	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8	2,0	1,9	2,0
Goiás	2,7	2,8	2,9	2,8	2,9	2,9	2,9	2,9	2,8
Distrito Federal	3,7	3,5	3,4	3,3	3,4	3,6	3,8	3,7	3,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Tabela 5 – Volume do PIB 2017 e 2018, por Unidades da Federação

Contas Regionais do Brasil				
Volume Produto Interno Bruto				
Regiões / UF	2017	2018	Ranking 2017	Ranking 2018
BRASIL	1,3	1,8	***	***
NORTE	3,8	3,4	***	***
Rondônia	5,4	3,2	3	5
Acre	0,2	0,5	23	26
Amazonas	5,2	5,1	5	1
Roraima	2,4	4,8	11	2
Pará	3,2	3,0	9	7
Amapá	1,7	2,3	16	11
Tocantins	3,1	2,1	10	13
NORDESTE	1,6	1,8	***	***
Maranhão	5,3	2,9	4	8
Piauí	7,7	2,1	2	12
Ceará	1,5	1,4	18	19
Rio Grande do Norte	0,5	1,8	19	16
Paraíba	-0,1	1,1	25	23
Pernambuco	2,1	1,9	13	15
Alagoas	3,3	1,1	8	24
Sergipe	-1,1	-1,8	26	27
Bahia	0,0	2,3	24	10
SUDESTE	0,2	1,4	***	***
Minas Gerais	1,7	1,3	17	21
Espírito Santo	0,5	3,0	20	6
Rio de Janeiro	-1,6	1,0	27	25
São Paulo	0,3	1,5	22	18
SUL	2,4	2,1	***	***
Paraná	2,0	1,2	14	22
Santa Catarina	4,0	3,7	7	4
Rio Grande do Sul	1,8	2,0	15	14
CENTRO-OESTE	3,9	2,2	***	***
Mato Grosso do Sul	4,9	2,5	6	9
Mato Grosso	12,1	4,3	1	3
Goiás	2,3	1,4	12	20
Distrito Federal	0,3	1,7	21	17

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Tabela 6 – Variação em volume do Valor Adicionado 2018, por Unidades da Federação

Contas Regionais do Brasil				
Variação em volume do Valor Adicionado (%)				
Unidades da Federação	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
BRASIL	1,8	1,3	0,7	2,1
NORTE	***	***	***	***
Rondônia	3,0	1,3	4,8	2,8
Acre	0,2	-9,5	-4,0	1,9
Amazonas	4,9	-1,6	8,2	3,8
Roraima	5,1	16,1	5,5	4,4
Pará	3,1	-5,2	5,8	3,3
Amapá	2,5	-7,4	4,9	2,4
Tocantins	2,0	1,1	-1,4	2,8
NORDESTE	***	***	***	***
Maranhão	2,6	-1,0	3,0	3,0
Piauí	2,1	19,9	-2,8	0,7
Ceará	1,6	8,2	-2,0	1,9
Rio Grande do Norte	1,8	17,4	-2,8	2,2
Paraíba	1,2	7,8	-2,4	1,5
Pernambuco	2,1	16,6	2,4	1,3
Alagoas	1,2	2,2	-0,8	1,3
Sergipe	-1,8	-27,3	-2,6	0,2
Bahia	2,5	15,9	0,8	1,7
SUDESTE	***	***	***	***
Minas Gerais	1,4	7,6	-0,3	1,5
Espírito Santo	2,9	25,3	-4,6	3,8
Rio de Janeiro	1,0	-1,3	-0,8	1,4
São Paulo	1,4	-2,0	0,1	1,9
SUL	***	***	***	***
Paraná	1,2	-4,1	-1,0	2,8
Santa Catarina	3,4	-4,3	3,3	4,2
Rio Grande do Sul	1,7	-7,1	2,8	2,6
CENTRO-OESTE	-2,6	4,2	***	***
Mato Grosso do Sul	2,5	1,7	5,0	1,9
Mato Grosso	4,3	5,3	4,2	4,0
Goiás	1,5	1,8	-1,2	2,3
Distrito Federal	1,5	-6,9	2,7	1,5

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 7 – Piauí – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto – 2010-2018

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto (%)									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Total das Atividades	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	6,0	8,4	7,8	6,4	7,4	7,8	5,1	9,4	9,9	
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	3,4	5,8	5,4	4,0	5,1	5,3	2,7	7,1	7,9	
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,9	1,9	1,6	1,7	1,6	1,7	1,6	1,6	1,4	
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,6	
Indústria	16,3	16,3	15,2	12,3	15,9	13,6	12,7	12,1	12,4	
Indústrias extrativas	0,7	0,6	0,5	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	
Indústrias de transformação	5,2	4,8	4,8	3,6	4,8	4,2	4,1	3,3	3,1	
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,0	2,5	2,3	0,7	1,9	0,9	1,6	2,6	3,6	
Construção	8,4	8,4	7,7	7,8	9,0	8,3	6,9	6,2	5,5	
Serviços	77,7	75,3	76,9	81,3	76,7	78,7	82,3	78,5	77,6	
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	15,9	16,7	17,5	18,5	16,0	14,8	15,4	14,7	14,2	
Transporte, armazenagem e correios	3,0	2,9	2,3	2,6	2,0	2,3	2,7	2,5	2,6	
Alojamento e alimentação	2,5	2,4	2,5	3,4	2,8	3,4	3,7	3,1	3,1	
Informação e comunicação	1,5	1,3	1,1	1,5	1,4	1,6	1,5	1,6	1,4	
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,6	2,3	2,4	2,5	2,6	3,0	3,4	3,5	3,4	
Atividades imobiliárias	8,0	7,5	7,7	7,7	9,2	9,1	9,0	8,1	8,4	
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5,6	5,1	5,4	4,9	4,6	5,6	6,5	6,0	5,7	
Administração, educação, saúde, defesa, seguridade social	33,0	31,8	31,8	34,4	31,2	33,2	34,1	33,1	33,3	
Educação e saúde privadas	2,3	2,3	2,6	2,7	3,6	3,0	3,2	3,2	3,2	
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,8	1,6	1,7	1,3	1,6	1,2	1,4	1,3	1,3	
Serviços domésticos	1,4	1,3	1,7	1,9	1,6	1,4	1,5	1,3	1,1	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.